



INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
Rua João Pessoa, nº 164, - Bairro Centro, Rondonópolis/MT, CEP 78700082
- http://www.incra.gov.br

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 556/2021

Processo nº 54000.013945/2021-53

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA E PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM-MT PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, com sede em Brasília - DF, inscrito no CNPJ/MF nº: 00.375.972/0002-41, neste ato representado pelo Senhor Superintendente Regional **MARCOS VIEIRA DA CUNHA**, nomeado por meio da Portaria do MAPA nº. 372, de 17 de novembro de 2020, publicada no D.O.U de 18 de novembro de 2020, portador do registro geral nº [REDACTED], SEJSP-MT, e CPF nº [REDACTED] residente e domiciliado em [REDACTED], bairro Jardim Imperial, Cuiabá-MT; e Município de Novo São Joaquim, com sede em Rua Cachoeira da Fumaça, n. 77, Quadra 02, Jardim das Palmeiras, Novo São Joaquim-MT, CEP 78.625-000, inscrito no CNPJ/MF nº 03.288.581/0001-92, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal de Novo São Joaquim-MT: **LEONARDO FARIAS ZAMPA**, nomeado por meio da Ata de Posse de 01 de janeiro de 2021, portador do registro geral nº [REDACTED]/SJ/MT e CPF nº [REDACTED] residente e domiciliado na cidade de Novo São Joaquim-MT, com endereço para correspondência na [REDACTED], Novo São Joaquim-MT, CEP 78.625-000, resolve:

celebrar o presente ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, tendo em vista o que consta do Processo n. 54000.013945/2021-53 e em observância às disposições da Lei nº 11.952, de 2009, Lei nº 8.629, de 1993, o Decreto nº 10.592, de 2020 e Decreto nº 9.311, de 2018 e a Lei nº 8.666, de 1993, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do Acordo de Cooperação Técnica é a execução de atividades previstas no Programa Titula Brasil, que tem como finalidade aumentar a capacidade operacional dos procedimentos de regularização e titulação nos projetos de reforma agrária do Incra ou terras públicas federais passíveis de regularização fundiária, conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho em anexo.

Subcláusula única. É de interesse público e recíproco dos envolvidos nesta parceria:

- a) ampliar, conjuntamente, a regularização e titulação nos projetos de reforma agrária do Incra ou terras públicas federais passíveis de regularização fundiária;
- b) expandir a capacidade operacional da política pública de regularização fundiária e de titulação;
- c) agilizar processos, garantir segurança jurídica, reduzir custos operacionais e, ainda, gerar maior eficiência e celeridade aos procedimentos de regularização fundiária e titulação no município;
- d) reduzir o acervo de processos de regularização fundiária e titulação pendentes de análise do município;
- e) potencializar a supervisão ocupacional em projetos de assentamento;
- f) fomentar boas práticas no federalismo cooperativo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Acordo de Cooperação Técnica, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

São obrigações comuns dos partícipes:

- a) executar as ações objeto deste Acordo, assim como monitorar os resultados;
- b) designar, no prazo de 30 dias, contados da publicação do presente instrumento, representantes institucionais incumbidos de coordenar a execução deste Acordo;
- c) responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, ao patrimônio da outra parte, quando da execução deste Acordo;
- d) analisar resultados parciais, reformulando metas quando necessário ao atingimento do resultado final;
- e) cumprir as atribuições próprias, conforme definido no instrumento;
- f) disponibilizar recursos humanos, tecnológicos e materiais adequados para a execução das ações, mediante custeio próprio;
- g) permitir o livre acesso a agentes da administração pública (controle interno e externo), a todos os documentos relacionados ao Acordo, assim como aos elementos de sua execução;
- h) fornecer ao parceiro as informações necessárias e disponíveis para o cumprimento das obrigações acordadas;
- i) manter sigilo das informações sensíveis (conforme classificação da Lei nº12.527, de 2011- Lei de Acesso à Informação - LAI) obtidas em razão da execução do Acordo, somente divulgando-as se houver expressa autorização dos partícipes;
- j) atender as exigências da Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD; e
- k) obedecer as restrições legais relativas à propriedade intelectual, se for o caso.

Subcláusula única. As partes concordam em oferecer, em regime de colaboração mútua, todas as facilidades para a execução do presente instrumento, de modo a, no limite de suas possibilidades, não faltarem recursos humanos, materiais e instalações, conforme as exigências do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades do município:

- a) criar e manter em funcionamento o Núcleo Municipal de Regularização Fundiária - NMRF para a execução do objeto deste ACORDO, conforme competências previstas;
- b) disponibilizar local apropriado para a instalação e o funcionamento do NMRF;
- c) designar integrantes para o Núcleo Municipal de Regularização Fundiária;
- d) arcar com as despesas relativas à remuneração e aos encargos trabalhistas dos integrantes do NMRF;
- e) colocar à disposição do Incra, para capacitação nos locais e datas designadas, o(s) integrante(s) do NMRF, arcando com as correspondentes despesas;
- f) assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste ACORDO;
- g) disponibilizar meios de transporte, bem como garantir a realização de manutenção e de abastecimento em todas as etapas da execução das ações do NMRF.
- h) responsabilizar-se por danos causados diretamente ao Incra ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste ACORDO, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- i) garantir acesso ao Incra, a qualquer tempo ou lugar, a todos os atos e documentos relacionados, direta ou indiretamente, com o instrumento pactuado;
- j) divulgar a instalação do NMRF e os serviços por ele prestados;
- k) manter rígido controle de segurança das senhas de acesso às soluções de Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC disponibilizadas pelo Incra, sendo responsável por eventual uso indevido;
- l) comunicar tempestivamente ao Incra qualquer anormalidade detectada que possa comprometer a segurança da informação; e
- m) informar imediatamente ao Incra o desligamento ou quaisquer alterações de integrantes do NMRF.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO NMRF

Compete ao NMRF:

- a) atender os beneficiários da reforma agrária e da regularização fundiária, em relação aos objetivos deste ACORDO;
- b) apoiar o Incra na organização de ações de regularização e titulação no município;
- c) coletar requerimentos, declarações e documentos afetos aos procedimentos de regularização e de titulação, e inseri-los nas soluções de Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC do Incra;
- d) instruir processos de regularização fundiária e titulação de projetos de reforma agrária do Incra ou terras públicas federais fundiária sob domínio da União ou do Incra passíveis de regularização, até a etapa antecedente à fase decisória pelo Incra, conforme especificado no Manual de Planejamento e Fiscalização e no Regulamento Operacional;
- e) realizar vistorias, indicadas pelo Incra, nas áreas passíveis de regularização por meio de profissionais habilitados, conforme especificado no Manual de Planejamento e Fiscalização e no Regulamento Operacional;

- f) coletar as assinaturas dos beneficiários nos contratos e nos títulos de domínio e inserir nos processos do Incra.

Subcláusula primeira. Quando da execução do ACORDO, o(s) integrante(s) do NMRF responderão nas esferas civil, penal e administrativa, pelas irregularidades/ilegalidades praticadas, ou pela ação ou omissão, dolosa ou culposa, que ocasionem prejuízos ao erário ou a terceiros.

Subcláusula segunda. O integrante do NMRF acessará sua conta do sistema disponibilizado pelo Incra através de login e senha e compromete-se a não informar a terceiros esses dados, responsabilizando-se pessoalmente e integralmente pelo uso que deles seja feito.

Subcláusula terceira. O integrante usuário será o único responsável pelas operações efetuadas em sua conta ou por meio dela, uma vez que o acesso à mesma só será possível mediante uso de senha, cujo conhecimento é exclusivo do Usuário.

Subcláusula quarta. O integrante usuário compromete-se a notificar o Incra, imediatamente, por meio seguro, a respeito de qualquer uso não autorizado de sua conta, assim como de acesso não autorizado por terceiros à mesma.

Subcláusula quinta. O NMRF poderá realizar georreferenciamento de glebas federais, ocupações incidentes em áreas rurais de propriedade da União e do Incra e projetos de assentamento criados pela autarquia agrária, nos termos da norma vigente.

Subcláusula sexta. Os procedimentos operacionais de atuação do NMRF serão detalhados no Manual de Planejamento e Fiscalização e no Regulamento Operacional.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO INCRA

Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades do Incra:

- a) coordenar, orientar, supervisionar e avaliar os resultados dos serviços do NMRF;
- b) capacitar e habilitar os integrantes do NMRF;
- c) fornecer acesso aos integrantes do NMRF, capacitados, acesso com perfis adequados às soluções de Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC do Incra, mediante a assinatura de termos de responsabilidade;
- d) disponibilizar, ao município, sem ônus, o material padronizado relativo às atividades executadas pelo NMRF do Programa Titula Brasil;
- e) fornecer as normas e instruções necessárias à execução das atividades do Programa Titula Brasil, a serem observadas pelo NMRF;
- f) indicar, ao município, às áreas passíveis de regularização fundiária e titulação em projetos de reforma agrária ou terras públicas federais sob domínio da União ou do Incra a serem trabalhadas;
- g) disponibilizar e manter sistemas informatizados para a execução do Programa Titula Brasil;
- h) emitir e expedir, com exclusividade, os documentos titulatórios;
- i) prestar ao município, sempre que julgar necessário ou quando por ele solicitado, orientação e assistência técnica ou informações que detenha, por força de suas atribuições e competências pactuais e legais, nos assuntos relativos às atividades previstas neste Acordo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO

Para o alcance do objeto pactuado, os PARTÍCIPIES devem seguir o plano de trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente ACORDO, bem como toda a documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os PARTÍCIPIES.

Subcláusula única. As ações, objeto do presente ACORDO, serão executadas obedecendo rigorosamente às normas e instruções necessárias à execução das atividades do Programa Titula Brasil.

CLÁUSULA OITAVA - DO GERENCIAMENTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

No prazo de até 30 dias, a contar da celebração do presente ACORDO, cada partícipe designará formalmente, mediante portaria, preferencialmente servidores públicos envolvidos e responsáveis para gerenciar a parceria; zelar por seu fiel cumprimento; coordenar, organizar, articular, acompanhar monitorar e supervisionar as ações que serão tomadas para o cumprimento do ajuste.

Subcláusula primeira. Competirá, aos designados, a comunicação com o outro partícipe, bem como transmitir e receber solicitações; marcar reuniões, devendo todas as comunicações serem documentadas.

Subcláusula segunda. Sempre que o indicado não puder continuar a desempenhar a incumbência, este deverá ser substituído. A comunicação deverá ser feita ao outro partícipe, no prazo de até 30 dias da ocorrência do evento, seguida da identificação do substituto.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros entre os partícipes para a execução do presente ACORDO.

Subcláusula primeira. As despesas, necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como: pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outros que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos partícipes.

Subcláusula segunda. As ações decorrentes do presente Acordo serão prestadas em regime de cooperação mútua, não cabendo aos partícipes quaisquer remunerações pelos mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos utilizados por quaisquer dos PARTÍCIPIES, em decorrência das atividades inerentes ao presente ACORDO, não sofrerão alteração na sua vinculação, nem acarretarão quaisquer ônus ao outro partícipe.

As atividades não implicarão cessão de servidores, que poderão ser designados apenas para o desempenho de ação específica prevista no ACORDO e por prazo determinado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PRAZO E VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste ACORDO será de 60 meses, a contar da data da publicação no Diário Oficial da União - DOU, podendo ser prorrogado, mediante a celebração de aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Acordo poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante termo aditivo, desde que mantido o seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ENCERRAMENTO

O presente ACT será extinto:

- a) por advento do termo final, sem que os partícipes tenham, até então, firmado aditivo para renová-lo;
- b) por denúncia de qualquer dos partícipes, se não tiver mais interesse na manutenção da parceria, notificando o parceiro com antecedência mínima de 30 dias;
- c) por consenso dos partícipes antes do advento do termo final de vigência, devendo ser devidamente formalizado; e
- d) por rescisão.

Subcláusula primeira. Havendo a extinção do ajuste, cada um dos partícipes fica responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas até a data do encerramento.

Subcláusula segunda. Se na data da extinção não houver sido alcançado o resultado, as partes entabularão acordo para cumprimento, se possível, de meta ou de etapa que possa ter continuidade posteriormente, ainda que de forma unilateral por um dos partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido justificadamente, a qualquer tempo, por qualquer um dos partícipes, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 30 dias, nas seguintes situações:

- a) quando houver o descumprimento de obrigação por um dos partícipes que inviabilize o alcance do resultado do ACORDO;
- b) na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto.

Subcláusula única. As comunicações necessárias poderão ocorrer por meios eletrônicos devendo compor os autos do processo administrativo do presente ACORDO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

Os PARTÍCIPIES deverão publicar extrato do Acordo de Cooperação Técnica na imprensa oficial, conforme disciplinado no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA AFERIÇÃO DE RESULTADOS

Os partícipes deverão aferir os benefícios e o alcance do interesse público obtidos em decorrência do ajuste, mediante a elaboração de relatório(s), em conjunto ou em separado, de execução de atividades relativas à parceria, discriminando as ações empreendidas e os objetivos alcançados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os partícipes, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

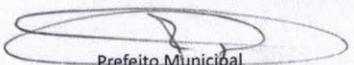
As controvérsias decorrentes da execução do presente Acordo de Cooperação Técnica, que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os partícipes, deverão ser encaminhadas ao órgão de consultoria e assessoramento jurídico do órgão ou entidade pública federal, sob a coordenação e supervisão da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal CCAF, órgão da Advocacia-Geral da União, para prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica relacionadas à execução da parceria.

Subcláusula única. Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Acordo de Cooperação o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, nos termos do inciso I do Art. 109 da Constituição Federal.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos representantes dos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Cuiabá-MT, data e horário oficial de Brasília-DF são da assinatura eletrônica.

Superintendente Regional do Incra em MT
(assinatura eletrônica)


Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-MT

TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

Identidade:

Identidade:

CPF:

CPF:



Documento assinado eletronicamente por Marcos Vieira da Cunha, Superintendente, em 03/05/2021, às 20:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.incra.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8784235** e o código CRC **5822289B**.

ANEXO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

PLANO DE TRABALHO

Referência: Processo nº 54000.013945/2021-53

SEI nº 8784235

PLANO DE TRABALHO

PROGRAMA TITULA BRASIL

PLANO DE TRABALHO PARA ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA (SEM REPASSE DE RECURSOS FINANCEIRO)

1. **DADOS CADASTRAIS**

PARTÍCIPE 1: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

CNPJ: 00.375.972/0002-41

Endereço: Rua E, s/n - Centro Político Administrativo

Cidade: Cuiabá

Estado: Mato Grosso

CEP: CEP: 78.050-970

DDD/Fone: (65) 3644-1104

Esfera Administrativa Federal

Nome do responsável: Marcos Vieira da Cunha

CPF: 514.504.371-68

RG: 0738984-9

Órgão expedidor: SEJSP

Cargo/função: Superintendente Regional do Incra em MT

Endereço: Rua A-1, n. 365, Residencial Torres Imperial I, ap. 302-T04, bairro Jardim Imperial

Cidade: Cuiabá/MT

CEP: 78.000-000

PARTÍCIPE 2: Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-MT

CNPJ: 03.288.581/0001-92

Cidade: Novo São Joaquim - MT

CEP: 78625-000

DDD/Fone: (66)

Esfera Administrativa Municipal

Nome do Responsável: LEONARDO FARIAS ZAMPA

CPF: 709.438.261-87

RG: 1054361-9

Órgão expedidor: SJ-MT

Cargo/função: Prefeito Municipal

Endereço: Rua Cachoeira da Fumaça, n 1196 - Jardim das Palmeiras

Cidade: Novo São Joaquim

Estado: MT

CEP: 78.625-000

2. **IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO**

2.1. Execução de atividades previstas no Programa Titula Brasil com finalidade de regularização e titulação nos projetos de reforma agrária do Incra do Incra no município de Novo São Joaquim-MT.

Título: PROGRAMA TITULA BRASIL	
PROCESSO nº: 54000.013945/2021-53	
Data da assinatura: <i>data e horário</i> oficial de Brasília-DF são da assinatura eletrônica.	
Início (mês/ano): 05/2021	Término (mês/ano): 05/2026

2.2. O presente Plano de Trabalho tem por objeto, em regime de mútua colaboração, a execução de atividades previstas no Programa Titula Brasil, que tem como finalidade aumentar a capacidade operacional dos procedimentos de regularização e titulação nos projetos de reforma agrária do Incra ou terras públicas federais passíveis de regularização fundiária sob domínio da União ou do Incra para a promoção e execução das políticas públicas de regularização fundiária e reforma agrária.

3. **DIAGNÓSTICO E JUSTIFICATIVA**

3.1. No âmbito da regularização fundiária, o território brasileiro tem uma quantidade significativa de posses rurais passíveis de regularização nos termos da Lei 11.952, de 2009.

3.2. A ausência de regularização fundiária provoca insegurança jurídica aos ocupantes desses imóveis e inviabiliza o acesso às políticas públicas de crédito e de assistência técnica direcionadas ao produtor rural.

3.3. Conforme "Plano de Ação Para Regularização Fundiária Dos Imóveis Georreferenciados e Localizados em Glebas Aptas Na Amazônia Legal - DF/DFR/2020" (SEI Incra 6533059 do Processo 54000.057961/2020-77), existem 109.153 imóveis rurais georreferenciados que aguardam a conclusão dos seus processos de regularização. Além destes, há estimativa de cerca de 160 mil ocupações rurais em glebas federais na Amazônia Legal sem georreferenciamento e cuja imensa maioria dos ocupantes sequer foram identificados pela Autarquia, o que demandará atuação ativa do Incra e parceiros para identificá-los e regularizá-los.

3.4. Situação semelhante ocorre em relação aos imóveis localizados nas áreas remanescentes de projetos de colonização nas demais regiões do País. Estima-se que existam cerca de 30 mil parcelas em situação irregular a serem tituladas e cerca de 150 mil parcelas tituladas que demandam análise quanto ao cumprimento das condições contratuais dos títulos.

3.5. Uma segunda demanda é caracterizada pela falta de titulação nos projetos de assentamentos rurais do Incra, conforme determina o art. 18 da Lei 8.629, de 1993. Muitos agricultores provenientes Programa Nacional de Reforma Agrária não possuem sequer o Contrato de Concessão de Uso - CCU, muito

menos o Título de Domínio de sua parcela, o que também traz como consequência insegurança jurídica e dificuldade de acesso às políticas públicas de fomento e financiamento de atividades produtivas, sem contar os impactos quanto a direitos sucessórios.

3.6. Dos 7.656 Projetos de Assentamentos estabelecidos pelo Incra, existem, atualmente, 400 mil assentados sem Contrato de Concessão de Uso - CCU, 600 mil beneficiários potenciais recebedores do Título de Domínio, mais de 250 mil assentados bloqueados em função de diligências oriundas de Acórdãos do TCU e ocupações de parcelas em projetos de assentamento não autorizadas pelo Incra, entre outras demandas que necessitam de tratamento.

3.7. Tais questões impactam na qualidade de vida das famílias beneficiárias dos Programas do Incra, dificultam o acesso às políticas públicas de apoio e a mercados, repercutem no desenvolvimento da economia local, favorecem a ocorrência de crimes ambientais e de violência no campo e aumentam a probabilidade de evasão dos agricultores das glebas e dos projetos de assentamento.

3.8. Assim, o Incra, cuja a missão principal é implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional e contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, deve-se valer de estratégias e medidas que possam ampliar a sua capacidade operacional no cumprimento de sua missão.

3.9. Nesse sentido, firmar parcerias, por meio de Acordos de Cooperação Técnica, demonstra ser um instrumento viável de apoio à Instituição.

3.10. Ademais, espera-se, com estas iniciativas, melhorar a qualidade de vida do homem do campo beneficiário das políticas públicas Incra, por meio da regularização e titulação da terra que ocupa.

3.11. No contexto atual de diminuição de recursos orçamentários do Incra para a Ação 2000 - Administração da Unidade que traz como consequência a diminuição da mão-de-obra terceirizada no Incra, faz-se necessário firmar parcerias para maximizar recursos humanos do Incra em MT. Aliado ao fato ocorre a Pandemia da Covid-19 que demanda dos órgãos públicos medidas de mitigação dos seus efeitos. Nos Assentamentos levar segurança jurídica e créditos instalação podem mitigar dos transtornos provocado pela Covid-19.

3.12. O município de Novo São Joaquim - MT possui quatro projetos de assentamentos, com um total de 469 unidades familiar (lotes) assentados ou ocupantes irregulares, que demonstra a importância da proposta para o município e para a política de regularização fundiárias nos assentamentos. Os assentamentos estão descritos na tabela abaixo

Nome do PA	Data da Criação	Código do PA	Área do PA	Capacidade	Famílias assentadas
SANTO IDELFONSO	31/10/1996	MT0152000	18.734,8395	520	411
TAMBURIL	28/12/1998	MT0294000	1.343,3961	060	058
Total	2		20.078,2356	580	469

3.13. Além disso, o município de Novo São Joaquim - MT, conta com 02 Glebas de Regularização Fundiária da Amazônia legal, arrecadadas através de Arrecadação Sumária, que conta com expressivo remanescente não titulado, que não sabemos precisar, quantas parcelas envolvidas, dado que não fazemos vistorias nestas áreas há vários anos, conforme tabela abaixo:

Nº DE ORD	GLEBA	ÁREA(ha)	TIPO DE AQUISIÇÃO	ÁREA REMANESCENTE	Nº DA MATRÍCULA	TÍTULO EXPEDIDO - TD	
						QUANTIDADE	ÁREA (ha)
001	CALIFÓRNIA	15.054,0000	ARRECADAÇÃO	4.178,1442	26287	055	10.875,8558
002	CACHOEIRA D FUMAÇA	7.100,0000	ARRECADAÇÃO	495,8772	26888	114	6.604,1228
	2	22.154,000		4.674,0214		169	

3.14. Através da proposta voluntária inserida pelo município em sítio eletrônico do Incra e juntada no presente processo [54000.013945/2021-53] fica caracterizado o interesse do ente municipal. Portanto há interesse recíproco.

3.15. O público alvo é os assentados e os ocupantes irregulares dos lotes nos projetos de assentamento citados na tabela acima. Assim, estima-se um público alvo de 499 famílias produtoras rurais.

3.16. Os resultados esperados são:

3.17. Estruturação do NMRF;

3.18. Planejamento geral do NMRF, inclusive para ajustar o Plano de Trabalho, com cronograma físico e plano de ação (aplicação, execução) detalhado, com termo aditivo nos itens 8 (resultado esperados) e 9 (plano de ação);

3.19. Planejamento executivo de execução e atualização do plano de trabalho;

3.20. Digitalização de 469 processos físicos individuais de beneficiários visando a inclusão no Sistema Eletrônico de Informações (SEI);

3.21. Atendimento presencial e remoto 469 de assentados do PNRA;

3.22. Recepcionar 141 requerimentos de desbloqueio por indícios de irregularidade do TCU, bem analisar as defesas;

3.23. Recepcionar 141 requerimentos de ocupações irregulares, bem como os analisar;

3.24. Realizar 141 exclusões ou eliminações de beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária -PNRA;

3.25. Recepcionar 240 requerimentos para emissão de títulos, seja provisório ou definitivos, bem como os analisar;

3.26. Realizar 360 atualizações cadastrais no Sistema Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA do Incra;

3.27. Realizar 240 supervisões ocupacionais em PA;

3.28. Realizar 469 consultas sobre existência de Cadastro Ambiental Rural - CAR (Sistema Florestal Brasileiro – SFB);

3.29. Realizar 820 consultas de Autuações Ambientais e Embargos gerido pelo IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;

3.30. Realizar 820 consultas no Cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores à condição análoga à de escravo da Secretaria de Trabalho;

3.31. Georreferenciar o perímetro de 1 (um) projetos (PA Tamboril) projetos de assentamentos, bem como inseri-los no SIGEF;

3.32. Georreferenciar o perímetro de 060 parcelas nos projetos (Tamboril) projetos de assentamentos, bem como inseri-los no SIGEF;

3.33. Cadastrar 469 lotes (parcelas) no Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR; e

3.34. Realizar 469 instruções processuais no SEI do Incra.

3.35. Pelos motivos expostos torna-se necessário firmar o Acordo de Cooperação Técnica, entre o Incra em MT e a Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim, com o escopo de geração de renda local após a garantia da regularização da situação fundiária dos assentados e a fomentação da produção e venda de produtos agropecuários a partir da aplicação de créditos instalação.

4. ABRANGÊNCIA

4.1. O Plano de Trabalho tem em sua abrangência no município de Novo São Joaquim - MT que possui XX projetos de assentamentos da reforma agrária sob domínio ou posse da União ou do Incra. Terá como público alvo os beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA e, contemplará a prestação de serviços públicos de regularização fundiária e titulação no município.

5. **5 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS:**

5.1. 5.1 Objetivo Geral: ampliar a regularização e titulação nos projetos de reforma agrária do Inca passíveis de regularização fundiária sob domínio ou posse da União ou do Inca.

5.2. 5.2 Objetivos Específicos: expandir a capacidade operacional da política pública de regularização fundiária e de titulação; agilizar processos, garantir segurança jurídica, reduzir custos operacionais e, ainda, gerar maior eficiência e celeridade aos procedimentos de regularização fundiária e titulação; reduzir o acervo de processos de regularização fundiária e titulação pendentes de análise; auxiliar na supervisão dos ocupantes em projetos de assentamento; e, fomentar boas práticas no federalismo cooperativo com os municípios.

6. **6 METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO**

6.1. A metodologia está vinculada ao Manual de Planejamento, Procedimentos e Fiscalização inerente à execução dos trabalhos dos Núcleos Municipais de Regularização Fundiária - NMRF que serão regulamentados pelo Inca.

7. **7 UNIDADE RESPONSÁVEL E GESTOR DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

7.1. A Unidade Gestora e a responsável pelo acompanhamento do acordo será a Superintendência Regional do Inca em MT - SR(13)MT, neste momento representada pelo Superintendente Regional Marcos Vieira da Cunha, nomeado por meio da Portaria do Inca nº. 363, de 17 de novembro de 2020, publicada no D.O.U de 18 de novembro de 2020.

7.2. Poderá o Superintendente Regional Marcos Vieira da Cunha designar, por ordem de serviço servidor lotado na SR(13)MT para ser o responsável pelo ACT, visando auxiliar na gestão do ACT.

8. **RESULTADOS ESPERADOS**

8.1. os resultados esperados foram calculados com projeção e com estimativas de trabalhos a partir de: número de assentamentos; número de parcelas e famílias assentadas nos assentamentos; estimativa de 30% de ocupantes irregulares e 70% de ocupantes regulares (assentados, por não haver dados mais precisos sobre a situação ocupacional; e assentamentos não georreferenciados pelo Inca. Com isso, estima-se como resultado esperados:

8.1.1. Estruturação do NMRF;

8.1.2. Planejamento geral do NMRF, inclusive para ajustar o Plano de Trabalho, com cronograma físico e plano de ação (aplicação, execução) detalhado, com termo aditivo nos itens 8 (resultado esperados) e 9 (plano de ação);

8.1.3. Planejamento executivo de execução e atualização do plano de trabalho;

8.1.4. Digitalização de 469 processos físicos individuais de beneficiários visando a inclusão no Sistema Eletrônico de Informações (SEI);

8.1.5. Atendimento presencial e remoto 469 de assentados do PNRA;

8.1.6. Recepcionar 141 requerimentos de desbloqueio por indícios de irregularidade do TCU, bem analisar as defesas;

8.1.7. Recepcionar 141 requerimentos de ocupações irregulares, bem como os analisar;

8.1.8. Realizar 141 exclusões ou eliminações de beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária -PNRA;

8.1.9. Recepcionar 240 requerimentos para emissão de títulos, seja provisório ou definitivos, bem como os analisar;

8.1.10. Realizar 360 atualizações cadastrais no Sistema Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA do Inca;

8.1.11. Realizar 240 supervisões ocupacionais em PA;

8.1.12. Realizar 469 consultas sobre existência de Cadastro Ambiental Rural - CAR (Sistema Florestal Brasileiro – SFB);

8.1.13. Realizar 820 consultas de Autuações Ambientais e Embargos gerido pelo IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;

8.1.14. Realizar 820 consultas no Cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores à condição análoga à de escravo da Secretaria de Trabalho;

8.1.15. Georreferenciar o perímetro de 1 (um) projetos (PA Tamboril) projetos de assentamentos, bem como inseri-los no SIGEF;

8.1.16. Georreferenciar o perímetro de 060 parcelas nos projetos (Tamboril) projetos de assentamentos, bem como inseri-los no SIGEF;

8.1.17. Cadastrar 469 lotes (parcelas) no Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR; e

8.1.18. Realizar 469 instruções processuais no SEI do Inca.

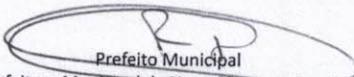
8.2. Este plano de trabalho poderá ser alterado no caso de alterações das premissas citadas no § 8.1 (caput) e/ou após cumprido o resultado do § 8.1.2.

9. **9 PLANO DE AÇÃO**

9.1. Os resultados esperados serão tratado com detalhes após a celebração do ACT conforme preconiza o Regulamento Operacional – Programa Titula Brasil^[1] e o Manual de Planejamento e Fiscalização: Programa Titula Brasil^[2]. Abaixo segue cronograma simplificado.

Eixos	Ação	Responsável	Prazo	Situação	
1	Ações comum ao NMRF	Estruturação do NMRF	Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim	30 dias	Planejamento
		Planejamento geral do NMRF	Inca e Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim	30 dias	Planejamento
		Indicação dos membros	Inca e Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim	30 dias	Planejamento
	Definir o público alvo, as tarefas, o cronograma e os resultados esperados conforme preconiza o Regulamento Operacional – Programa Titula Brasil e o Manual de Planejamento e Fiscalização: Programa Titula Brasil.	Inca e Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim	90 dias	Planejamento	
2	Ações para atendimento, titulação, regularização, análise processual, rediscussão de metas e resultados	Inca e Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim	5 anos	Planejamento	

Superintendente Regional do Inca em MT
(assinatura eletrônica)


Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim - MT

TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

Identidade:
CPF:

Identidade:
CPF:

[1] BRASIL, Incra. **Regulamento Operacional – Programa Titula Brasil**, Brasília, 2021. p.12. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/centrais-de-conteudos/legislacao/regulamento_titula_brasil.pdf>. Acesso em: 11 de mar de 2021.

[2] BRASIL, Incra. **Manual de Planejamento e Fiscalização: Programa Titula Brasil**, Brasília, 2021. p.167. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/centrais-de-conteudos/legislacao/manual_titula_brasil.pdf>. Acesso em: 11 de mar de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vieira da Cunha, Superintendente**, em 03/05/2021, às 20:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do **Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015**.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.incra.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8784260** e o código CRC **3F15C177**.